

FINANCIAMENTO, MERCANTILIZAÇÃO E DEMOCRATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR PORTUGUESA: PERSPECTIVAS DE IMPACTOS PÓS- PANDEMIA

FINANCING, COMMODIFICATION AND DEMOCRATISATION OF PORTUGUESE HIGHER EDUCATION: PROSPECTS FOR POST-COVID-19 IMPACTS

Luísa Cerdeira **1**
Belmiro Gil Cabrito **2**
Catia Eli Gemelli **3**

Resumo: A economia e sua dimensão financeira ocupam visibilidade central nas problemáticas sociais e políticas, especialmente em momentos de crises. Assim como ocorrerá com diversos outros setores, o da educação será afetado pela escassez de recursos advinda da crise econômica que se seguirá à pandemia de Covid-19. Nesse artigo, suportado por uma revisão narrativa de literatura, objetiva-se prospectar possíveis impactos dessa pandemia no ensino superior português, principalmente no que se refere a seu financiamento e a sua democratização. A discussão aborda as repercussões já observadas na carreira docente de ensino superior portuguesa, como a intensificação e a precarização do trabalho devido à adoção do ensino remoto e ao retorno às aulas com medidas de distanciamento.

Palavras-chave: Educação Superior. Financiamento da Educação Superior. Democratização da Educação Superior. Mercantilização da Educação Superior. Covid-19.

Abstract: The economy and its financial dimension are central to social and political problems, especially in times of crisis. As with many other sectors, education will be affected by the scarcity of resources driven by the economic crisis that will follow the pandemic status. In this article, supported by a narrative literature review, the objective is to explore possible impacts of the pandemic caused by Covid-19 on Portuguese higher education, especially regarding its financing and democratization. Also, the discussion addresses the repercussions already observed in the teaching career of higher education. The adoption of remote education intensifies the precariousness of work, as well as the return to classes with distance measures.

Keywords: Higher Education. Higher Education Financing. Democratization of Higher Education. Commodification of Higher Education. Covid-19.

Doutora em Ciências da Educação pela Universidade de Lisboa. **1**
Professora Auxiliar do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa.
Presidente da Assembleia Geral do Fórum da Gestão do Ensino Superior nos
Países e Regiões de Língua Portuguesa.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2217-7822>.
E-mail: luisa.cerdeira.ie.ulisboa.pt

Doutor em Ciências da Educação pela Universidade de Lisboa. **2**
Licenciado em Economia e Ciências Sociais e Políticas pela Universidade
Técnica de Lisboa. Professor Associado Aposentado do Instituto de Educação
da Universidade de Lisboa.
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0292908748165267>
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0420-5639>.
E-mail: b.cabrito@ie.ulisboa.pt

Doutora em Administração pela Universidade Federal do Rio **3**
Grande do Sul, com doutoramento intercalar pelo Instituto de Educação da
Universidade de Lisboa. Professora de Administração no Instituto Federal do
Rio Grande do Sul/ Campus Osório.
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0289910263194536>.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7163-0494>.
E-mail: catia.gemelli@osorio.ifrs.edu.br

Introdução

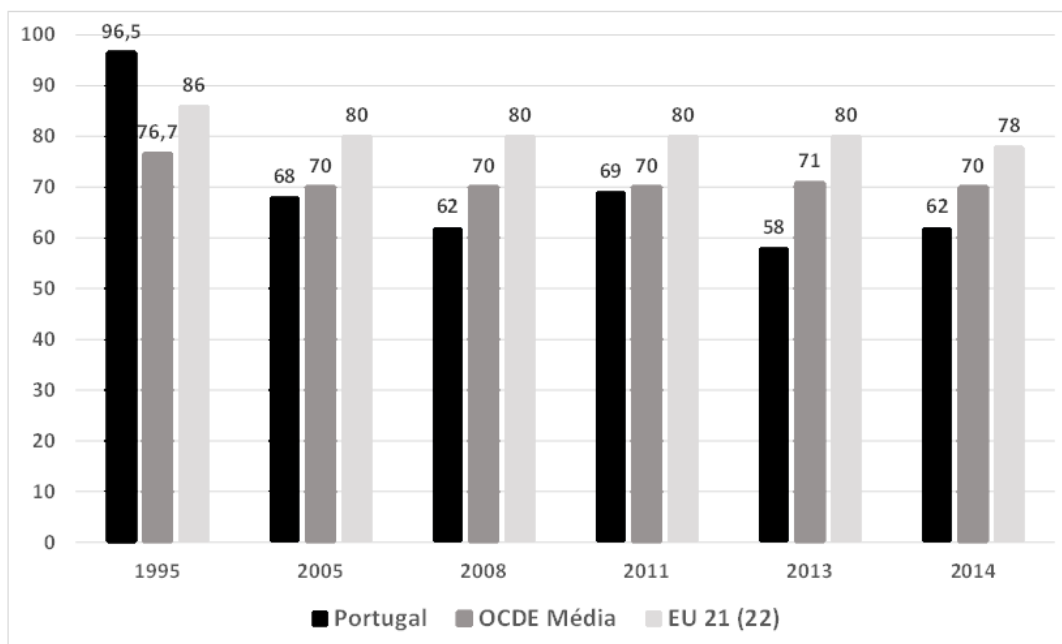
Desde algumas décadas, assiste-se o crescimento explosivo da procura pelo ensino superior em Portugal, o mesmo ocorrendo com o número de graduações oferecidas, evidenciando um processo de construção de um ensino superior de massas (CABRITO; CERDEIRA, 2018). Essa ampliação é acompanhada por um intenso processo de mercantilização, que impacta o financiamento e a democratização do ensino superior português (NASCIMENTO; CABRITO, 2017) e provoca outras consequências como a intensificação e a precarização do trabalho docente (CERDEIRA; CABRITO, 2020).

Considerando esse contexto, o presente artigo objetiva prospectar possíveis impactos da pandemia de Covid-19 no ensino superior português, principalmente nos aspectos referentes ao financiamento e à democratização. A discussão aborda repercussões já observadas no trabalho docente de ensino superior e indica possíveis cenários pós-pandemia.

A economia e sua dimensão financeira ocupam visibilidade central nas problemáticas sociais e políticas, especialmente em momentos de crises. Todavia, no campo da investigação educativa, nem sempre se dedica atenção suficiente aos aspectos da economia da educação. O grau de financiamento que os Estados atribuem à educação e a subsequente utilização das verbas disponíveis constituem elementos fundamentais para a análise da situação educativa (GRAÇA, 2009).

Através desse conhecimento, é possível chegar a conclusões acerca dos processos de democratização e de mercantilização da educação superior em Portugal. Em uma breve análise do financiamento deste segmento, ressalta a brutal diminuição do contributo do Estado para o orçamento das instituições públicas de ensino superior – uma queda de cerca de 95%, em 1995, para menos de 60%, a partir de 2014 (OCDE, 2017). Simultaneamente, os estudantes e suas famílias são chamados a contribuir com o orçamento das instituições que frequentam, por meio do pagamento de uma anualidade que cresce continuamente, tendo aumentado de 419 euros, em 1995, para 1069 euros, em 2018.

Gráfico 1. Evolução da Porcentagem dos Recursos Públicos no Orçamento das Instituições de Ensino Superior.



Fonte: Elaborado com base na OCDE (2014) e OCDE (2017).

Apesar de o processo de privatização do ensino superior público estar ocorrendo desde a década de 1990, não se pode escamotear o processo de democratização do ensino superior, em Portugal, nas últimas décadas. Em investigações realizadas no período de 1995-2016, Cabrito (2002), Cerdeira (2009) e Cerdeira e Cabrito (2014; 2018) mostraram que o ensino superior em Portugal

evidenciou evolução positiva no que se refere ao aumento do número de estudantes matriculados e diplomados; ao alargamento da base social de recrutamento desses discentes; à qualidade das investigações e da produção científica. O número de matrículas aumentou intensamente nas últimas décadas – às vésperas da Revolução Democrática de 25 de abril de 1974, o número de matrículas no ensino superior rondava os 25 mil estudantes e, em 2019, atinge quase 400 mil.

Paralelamente, tornou-se mais significativa a participação de jovens oriundos dos estratos sociais com menor capital cultural e econômico – a investigação mostra que a parcela de jovens pertencentes aos estratos sociais menos beneficiados cresceu de 43%, em 2004/05, para 48%, em 2015/16, números que, evidentemente, terão sofrido variação na última meia década. Apesar de novos dados ainda não estarem disponíveis, as medidas de política econômica e social implementadas, especialmente desde 2015 – ano em que as eleições legislativas permitiram a criação de um governo com um posicionamento mais à esquerda – têm contribuído para a maior democratização do ensino superior.

A situação do ensino superior em Portugal não é, porém, isenta de aspectos restritivos, seja quanto à acessibilidade – mormente a acessibilidade financeira dos estudantes – seja quanto à situação da classe docente e da academia como um todo no ensino superior público.

A investigação permite perceber que os estudantes portugueses e suas famílias colaboram significativamente para o financiamento do ensino superior público ao contribuírem com cerca 330 milhões de euros anuais. Esse montante representou, no ano de 2017, cerca de 18% das receitas das instituições públicas e perto de 100% do orçamento das instituições privadas de ensino superior. Em relação ao peso dos custos de educação nos orçamentos familiares, no panorama europeu, o ensino privado português é um dos que mais penalizam os cidadãos (CERDEIRA et al., 2015).

Quadro 1. Receitas das Instituições de Ensino Superior Públicas (Universidades e Institutos Politécnicos).

Unidade: Milhões de Euros

	Transferências de Receitas Gerais	Peso %	Propinas	Peso %	Outras Receitas	Peso %	Total	Total
2008	1229,8	65%	258,2	14%	403,1	21%	1891,1	100,0%
2009	1207,7	69%	251,8	14%	298,2	17%	1757,7	100,0%
2010	1143,3	69%	238,8	14%	271,3	16%	1653,4	100,0%
2011	911,2	61%	245,2	16%	348,1	23%	1504,5	100,0%
2012	893,3	53%	304,1	18%	491,2	29%	1688,6	100,0%
2013	1030,4	56%	307,4	17%	516,2	28%	1854,0	100,0%
2014	1036,7	57%	303,4	17%	479,5	26%	1819,6	100,0%
2015	1007,7	55%	310,0	17%	509,4	28%	1827,1	100,0%
2016	1049,9	57%	316,8	17%	484,9	26%	1851,6	100,0%
2017	1080,7	58%	330,1	18%	438,7	24%	1849,5	100,0%

Nota: Não estão incluídos os saldos de gerência. Em julho de 2009, a Universidade do Porto, a Universidade de Aveiro e o ISCTE- IUL passaram para o regime fundacional. De julho de 2009 a dezembro de 2011, estas instituições não estão aqui consideradas.

Fonte: Elaborado com base no CNE (2018).

No que diz respeito à classe docente, é particularmente grave a situação dos professores do ensino superior público, refletindo o processo de privatização desse segmento educativo e de mercantilização do trabalho e da academia. A privatização do ensino superior público português evidencia-se pela diminuição do financiamento público e pelo crescimento da oferta de vagas em IES privadas (CABRITO; CERDEIRA; NASCIMENTO, 2020).

Nas últimas décadas, tem-se verificado o envelhecimento acentuado da classe docente, devido à redução de concursos públicos para provimento de cargos efetivos. O congelamento na progressão na carreira foi acompanhado pela não abertura de oportunidades de ingresso, seja para suprir novas vagas, seja para substituir docentes aposentados, situação que explica o envelhecimento progressivo e perigoso da população docente no ensino superior português.

Como observa-se no Quadro 2, o grupo de docentes na faixa etária dos 50 a 59 anos

aumentou cerca de 47% no ensino superior português na década analisada. No segmento acima de 60 anos, o crescimento foi de mais de 128% no ensino universitário e de 77% no ensino politécnico. Simultaneamente, que diminuiu de forma acentuada o quantitativo de docentes mais jovens. Sob outra perspectiva, nota-se que é bastante significativa a diminuição do número de docentes titulares, em contraponto ao aumento do número de docentes contratados em regime parcial.

Quadro 2. Evolução da distribuição dos docentes no Ensino Universitário e Politécnico Público em 2006/07 e 2016/17.

	2006/07	Peso %	2016/17	Peso %	Var %
Universitário	14738	100%	15914	100%	8,0%
< 30 ANOS	773	5,2%	702	4,4%	-9,2%
30-39 ANOS	3929	26,7%	2577	16,2%	-34,4%
40-49 ANOS	5306	36,0%	4796	30,1%	-9,6%
50-59 ANOS	3659	24,8%	5394	33,9%	47,4%
>= 60 ANOS	1071	7,3%	2445	15,4%	128,3%
Politécnico	10677	100%	9785	100%	-8,4%
< 30 ANOS	1222	11,4%	362	3,7%	-70,4%
30-39 ANOS	3801	35,6%	2374	24,3%	-37,5%
40-49 ANOS	3424	32,1%	3650	37,3%	6,6%
50-59 ANOS	1845	17,3%	2716	27,8%	47,2%
>= 60 ANOS	385	3,6%	683	7,0%	77,4%

Fonte: DGEEC (2018).

Ao mesmo tempo, assiste-se, em termos laborais, a um processo progressivo de desvinculação dos docentes – o saldo negativo é de -8,2% (universidades) e de -8,4% (politécnico) – a percentagem de docentes que trabalhavam nas instituições públicas de ensino superior, com o vínculo de exclusividade e de tempo integral, regrediu para -25% nas universidades e para -46% nos institutos politécnicos. Concomitantemente, cresceram as situações de atividade em tempo parcial e o trabalho por hora, evidenciando a precarização laboral e o enfraquecimento dos vínculos.

Quadro 3. Evolução da distribuição dos docentes no Ensino Universitário e Politécnico Público em 2006/07 e 2016/17.

	2006/07	Peso %	2016/17	Peso %	Var %
Universitário	14738	100%	15914	100%	8,0%
Dedicação Exclusiva	9945	67,5%	9131	57,4%	-8,2%
Tempo Integral	1240	8,4%	931	5,9%	-24,9%
Tempo Parcial	3050	20,7%	5153	32,4%	69,0%
Outras situações a)	503	3,4%	699	4,4%	39,0%

	2006/07	Peso %	2016/17	Peso %	Var %
Politécnico	10677	100%	9785	100%	-8,4%
Dedicação Exclusiva	5967	55,9%	5108	52,2%	-14,4%
Tempo Integral	899	8,4%	482	4,9%	-46,4%
Tempo Parcial	1910	17,9%	4105	42,0%	114,9%
Outras situações b)	1901	17,8%	90	0,9%	-95,3%

Fonte: Perfil do Docente 2016/2017 - DGEEC (2018).

Dentre os problemas atuais, ressalta-se a intensa precarização da atividade docente no ensino superior público português, independentemente de sua modalidade. Outro aspecto dessa precarização refere-se às mudanças nos regimes de trabalho (GEMELLI; CERDEIRA, 2020). Como

observa-se no Quadro 3, vem se verificando o crescimento de docentes em regime de tempo parcial, a categoria mais precarizada, ocorrendo, na mesma medida, a diminuição de docentes em regime de dedicação exclusiva e de tempo integral.

No que se refere ao trabalho docente nas Instituições de Ensino Superior (IES) em Portugal, evidencia-se o predomínio cada vez maior de profissionais que ensinam e pesquisam tendo vínculos temporários, sem acesso à progressão de carreira. Registra-se o aumento de convidados: em 2012, eram 30% e, em 2018, já representavam 42% do total de docentes. Entre investigadores, não há estatísticas oficiais (CASTELA, 2020).

Este processo tem sido acompanhado também pela progressiva dependência financeira das instituições públicas de ensino superior ao mercado, colocando em risco sua autonomia científica e acadêmica (NASCIMENTO; CABRITO, 2017). O processo de mercantilização do ensino superior impacta gravemente a autonomia dos estabelecimentos de ensino superior, pois interfere na liberdade de seus conselhos gerais e científicos de avaliarem cursos, currículos, metodologias de trabalho e processos de avaliação. Influencia, igualmente, nos domínios de investigação e de formação, alterando as IES em sua articulação entre ofertas educativas, necessidades individuais e mercado (CABRITO, 2004; NASCIMENTO; CABRITO, 2017).

Expansão, estrutura e financiamento do ensino superior, em portugal

No que se refere ao número de IES, 63,4% do ensino superior português é constituído por instituições públicas e 36,6% por instituições privadas (DGEEC, 2018). Globalmente, o ensino superior privado representa atualmente uma parcela de cerca de 18% do conjunto dos inscritos no ensino superior português. O setor privado português que, durante a anterior grave crise financeira da “Troika”, perdeu um número muito acentuado de estudantes (-36% entre 2010 e 2015), registrou recuperação, com crescimento assinalável nos últimos anos letivos (entre 2016 e 2019 cresceu cerca 18%). O ensino superior público também sofreu com a crise financeira antecedente (sobretudo o ensino politécnico que perdeu, entre 2010 e 2015, cerca de 8,5% de estudantes), mas, durante década conseguiu reagir e ampliar em 8% o número de estudantes (CERDEIRA; GEMELLI, 2020).

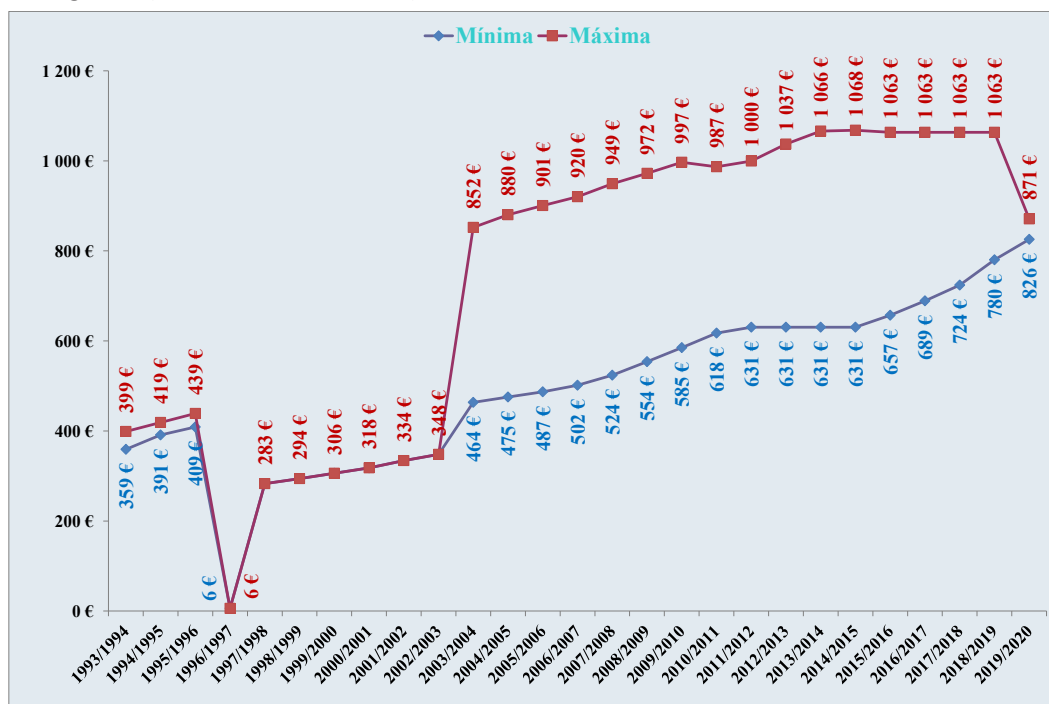
Quadro 4. Alunos matriculados no ensino superior: total, por subsistema e por tipo de ensino.

Anos	Subsistema e tipo de ensino															
	Total	Pub/ Total	Público				Priv/ Total	Privado								
			Peso %	Total	Var anual %	Universitário		Var anual %	Politécnico	Var anual %	Peso %	Total	Var anual %	Universitário	Politécnico	
1990	157 869	76%	119 733			95 746		23 987		24%	38 136			32 756		5 380
1995	290 348	64%	186 286			132 199		54 087		36%	104 062			84 895		19 167
2000	373 745	68%	255 008			164 722		90 286		32%	118 737			88 190		30 547
2005	380 937	74%	282 273			173 897		108 376		26%	98 664			67 157		31 507
2010	383 627	77%	293 828			183 806		110 022		23%	89 799			60 174		29 625
2011	396 268	78%	307 978	4,8%		193 106	5,1%	114 872	4,4%	22%	88 290	-1,7%		60 452	0,5%	27 838
2012	390 273	80%	311 574	1,2%		197 912	2,5%	113 662	-1,1%	20%	78 699	-10,9%		55 147	-8,8%	23 552
2013	371 000	82%	303 710	-2,5%		197 036	-0,4%	106 674	-6,1%	18%	67 290	-14,5%		48 716	-11,7%	18 574
2014	362 200	83%	301 654	-0,7%		198 380	0,7%	103 274	-3,2%	17%	60 546	-10,0%		44 495	-8,7%	16 051
2015	349 658	84%	292 359	-3,1%		191 707	-3,4%	100 652	-2,5%	16%	57 299	-5,4%		42 666	-4,1%	14 633
2016	356 399	84%	297 884	1,9%		191 633	0,0%	106 251	5,6%	16%	58 515	2,1%		42 981	0,7%	15 534
2017	361 943	84%	302 596	1,6%		192 201	0,3%	110 395	3,9%	16%	59 347	1,4%		43 013	0,1%	16 334
2018	372 753	83%	308 489	1,9%		195 199	1,6%	113 290	2,6%	17%	64 264	8,3%		46 036	7,0%	18 228
2019	385 247	82%	316 189	2,5%		199 388	2,1%	116 801	3,1%	18%	69 058	7,5%		48 479	5,3%	20 579
Var 2015-2010	-8,9%		-0,5%			4,3%		-8,5%			-36,2%			-29,1%		-50,6%
Var 2019-2010	0,4%		7,6%			8,5%		6,2%			-23,1%			-19,4%		-30,5%
Var 2019-2016	8,1%		6,1%			4,0%		9,9%			18,0%			12,8%		32,5%

Fonte: PORDATA.

Está surgindo um novo entendimento do papel do Estado, dos estudantes e dos *stakeholders* no financiamento da educação superior, relativamente recente no quadro europeu. Até há pouco tempo, o ‘estado providência’ assegurava a educação superior gratuita, suportada, na prática, pelos contribuintes em geral, por meio dos impostos (CABRITO; CERDEIRA; PATROCÍNIO, 2012).

Gráfico 2. Evolução do valor das Propinas¹ nas Instituições de Ensino Superior Público Portuguesas (valor mínimo e máximo).



Fonte: Elaborado a partir de PORDATA.

Nas últimas décadas, ocorreram medidas de apoio social aos estudantes, como a atribuição de bolsas de estudo e de diversos subsídios. Essas medidas não foram destinadas somente a estudantes do ensino superior público, mas também aos do privado, permitindo certa democratização do ensino superior.

Entre 1991 e 2018, o número total de bolsistas aumentou cerca de sete vezes e, especificamente os do ensino superior público cresceu em torno de seis vezes. No ensino privado, o aumento ultrapassou trezentos e sessenta e oito vezes, como verifica-se no Quadro 5.

Quadro 5. Evolução do Número de Bolseiros com Apoio Social.

Anos	Subsistema de Ensino		
	Total	Público	Privado
1991	10943	10919	24
1992	13950	13866	84
1993	16665	16452	213
1994	21665	21438	227
1995	30705	29651	1054
1996	30409	28909	1500
1997	32743	28463	4280
1998	43542	38390	5152
1999	50436	43159	7277
2000	56436	44994	11052
2005	66008	52609	13399
2010	74935	62304	12631
2011	67850	58089	9761
2012	56017	49109	6908
2013	58818	52116	6702
2014	62312	55701	6611
2015	(R) 69611	(R) 65560	(R) 7051
2016	(R) 72261	(R) 64563	(R) 7698
2017	(R) 74586	(R) 65967	(R) 8619
2018	74092	65251	8841
Var 2018-2010 %	-1,1%	4,7%	-30,0%

Fonte: Elaborado a partir de PORDATA.

1 Em Portugal o termo “propina” refere-se à quantia paga para frequentar um estabelecimento de ensino superior.

Impactos da pandemia de covid-19 na educação superior Portuguesa

Desde a década de 1990, quando instalou-se, no cenário global, o modelo neoliberal de universidade, é produzida uma cultura da *performance*, rigorosamente vigiada por mecanismos autonomizados. A pandemia de Covid-19 ensejou a oportunidade de repensar esse paradigma (BEBIANO, 2020).

Procedimentos burocráticos cada vez mais exigentes, monitorização intensificada da *performance* docente, responsabilização pela retenção de discentes, enorme pressão para produzir conhecimento visivelmente convertível em valor de mercado eram uma realidade no trabalho docente de ensino superior anterior à pandemia de Covid-19 (SOUZA, 2020; GEMELLI; CLOSS; FRAGA, 2020). Diante da situação pandêmica, a sociedade recorreu à comunidade científica e a seus vários saberes para melhor compreender o novo contexto. Surgiu, portanto, a oportunidade de enfatizar tanto o enorme potencial do conhecimento a ser utilizado em tempos de crise, como os riscos de se colocar demasiada ênfase na produção de conhecimento visando a razões econômicas e à aplicabilidade imediata (SOUZA, 2020).

Em Portugal, as primeiras IES a suspenderem as atividades presenciais foram a Universidade de Coimbra e a Universidade de Lisboa (ULISBOA), no dia 09 de março de 2020. No caso da Universidade de Lisboa, desde essa data todas as aulas passaram para o formato de ensino remoto com apoio de plataformas digitais. Desde 13 de março de 2020, por despacho do reitor da mesma universidade, todas as reuniões de seus órgãos colegiados e de seus júris foram autorizadas a ocorrer por teleconferência.

A exemplo de outros departamentos, as atividades letivas dos cursos de graduação e pós-graduação do Instituto de Educação da ULISBOA migraram para a modalidade remota, obedecendo aos planos de trabalho pedagógico formulados para cada unidade. Esses planos foram elaborados pelos docentes e divulgados aos estudantes com a supervisão das coordenações dos cursos.

O Instituto de Educação da ULISBOA procurou monitorar o envolvimento dos estudantes nas atividades e reequacionar, conforme a escala de cada curso, a quantidade de tarefas propostas, a fim de evitar possíveis efeitos da sobrecarga de trabalhos, especialmente os escritos, solicitados aos alunos. Intentou também rever os modelos de avaliação em cada unidade curricular, de modo a rapidamente situar os estudantes ante objetivos, referenciais, critérios e métodos de avaliação ajustados às novas condições pedagógicas e ao prolongamento desse regime de exceção até o final do segundo semestre letivo do ano de 2020.

Os serviços administrativos, pedagógicos, financeiros, técnicos e informáticos entraram igualmente em regime de teletrabalho, oferecendo, na medida do possível, um apoio razoável a todas as áreas essenciais. Na segunda fase, foi organizada uma escala com um pequeno grupo de funcionários que se deslocavam, de forma rotativa, às instalações do Instituto de Educação.

A partir de setembro de 2020, as IES portuguesas puderam operar em regime presencial, no contexto de 'desconfinamento avançado'. As condições físicas dos edifícios do Instituto de Educação e da Faculdade de Psicologia da ULisboa e a capacidade de suas salas causaram a impossibilidade de realização de sessões teórico-práticas presenciais com mais de 15 estudantes. No modelo de 'desconfinamento avançado' deve ser garantida a todos os estudantes, em cada Unidade Curricular (UC), a assistência e a participação a atividades presenciais correspondentes a 50% das sessões programadas para o primeiro semestre do ano de 2020.

Esse modo de trabalho caracteriza-se pela conjugação prática de duas condições: (a) alternância entre o trabalho presencial e o trabalho autônomo dos estudantes; (b) a alternância semanal entre os alunos de cada turma para comparecimento à instituição. A implementação desse modelo, com base na adaptação (prévia) do programa da UC, implicou a divisão de cada turma em duas subunidades independentes, combinando sequências de trabalho presencial e de trabalho autônomo, apoiado em meios de comunicação à distância considerados apropriados por cada curso e pela UC.

No retorno às aulas presenciais, como medidas protetivas, tornou-se obrigatório para todos o uso de equipamentos de proteção individual, especificamente de máscaras de proteção. Foi determinado o distanciamento físico mínimo de um metro entre pessoas, quer nas áreas de circulação, quer nos espaços de permanência. Ficou sob a responsabilidade das IES a limpeza adequada, a desinfecção apropriada e a manutenção de boas condições de ventilação dos espaços

em uso.

Algumas medidas governamentais foram adotadas devido ao evidente impacto financeiro da pandemia de Covid-19 no orçamento familiar dos estudantes e, conseqüentemente, em sua capacidade de financiarem sua educação superior. A principal medida foi a redução de 20% no valor da Propina Máxima² de 2020/2021 a partir de setembro de 2020 (anuidade), passando para 697 euros nas Universidades e nos Institutos Politécnicos Públicos (era de 871 euros em 2019/2020).

O governo liberou a distribuição de mais bolsas de estudo (cerca de nove mil novas bolsas), passando o valor de referência de 16 vezes para 18 vezes o Indexante de Apoios Sociais (IAS), ou seja, as famílias podem ter rendimentos de até 658 euros mensais *per capita* para serem elegíveis. O processo de atribuição de bolsas foi simplificado, sendo automática a concessão para quem recebeu tal apoio durante a licenciatura/graduação e está dando continuidade aos estudos no mestrado, bem como para os alunos que ingressaram pela primeira vez ao ensino superior, desde que estejam no escalão 1 do abono de família³.

Outra questão importante refere-se à moradia dos estudantes. As residências estudantis perderam cerca de três mil lugares em resultado das orientações da Direção-Geral da Saúde (DGS), que estabelecem o distanciamento de dois metros entre camas. Em alternativa, o Ministério anunciou que, nas principais cidades, está finalizando um acordo com os hoteleiros, para o próximo ano letivo, para que os estudantes possam viver em *hostels* e pousadas.

A negociação com a Associação de *Hostels* de Portugal, válida para o ano letivo de 2020/2021, permitiu a utilização de unidades de alojamento local em Lisboa, Porto, Coimbra e Braga, para acolher alunos do ensino superior. Evidencia-se que essas quatro cidades são aquelas em que há mais estudantes e onde o turismo foi duramente afetado pela diminuição da circulação internacional devido à pandemia de Covid-19.

Discussão Final

Assim como diversos outros setores, o da educação será afetado pela escassez de recursos impulsionada pela crise econômica consequente da pandemia de Covid-19. No contexto português, assim como em outros países europeus, uma das principais preocupações refere-se à previsão de queda no número de estudantes estrangeiros. Em um sistema altamente dependente de receitas próprias, como as universidades e os institutos politécnicos, que dependem fortemente de propinas e de determinadas taxas internacionais, o impacto real da queda de entrantes será sentido principalmente a partir de 2021 e estenderá para além dele (GEMELLI; CERDEIRA, 2020).

Há igualmente a possibilidade de redução, por abandono, nas matrículas dos estudantes que já frequentam a educação superior, devido a motivos econômicos, dada a situação de desemprego que tende a agudizar-se no período pós-pandemia. A dependência das IES por recursos próprios torna essa possibilidade extremamente preocupante. A grande diminuição da participação do Estado no financiamento das instituições públicas de ensino superior portuguesas, registrada nas últimas décadas, obrigou as IES a procurarem outras fontes de receita, sob a forma de propinas cobradas dos estudantes e de financiamento externo obtido através de contratos de investigação, formação, aluguel de equipamentos e instalações, mecenato etc. (CABRITO; CERDEIRA, 2018). Prevê-se que o cenário de crise econômica pós-pandemia exigirá a retomada do apoio governamental ao financiamento do ensino superior público.

Comumente, as crises financeiras impactam, com maior intensidade, os estudantes dos estratos com rendimento mais baixo. Esse fato é preocupante no que tange à democratização do acesso ao ensino superior português, no período de pós-pandemia de Covid-19, visto que a democratização refere-se não apenas ao aspecto quantitativo – quantos alunos frequentam esse nível de ensino – mas também ao qualitativo – quem são esses alunos. A pesquisa de Cabrito e Cerdeira (2018) indicou que, apesar do evidente crescimento quantitativo de matrículas no ensino superior português, entre 2010 e 2015, o ingresso dos jovens oriundos dos estratos de rendimentos

2 Montante fixado como valor máximo para os cursos técnicos superiores profissionais e licenciaturas em instituições públicas de ensino superior.

3 “Abono família” refere-se à prestação em dinheiro atribuída mensalmente, com o objetivo de compensar os custos familiares necessários ao sustento e educação das crianças e jovens. Os “escalões de rendimento” são calculados a partir da renda familiar, sendo o “escalão 1” a faixa de menor renda.

médio e baixo cresceu apenas 1,4% nesse período.

Outra questão que merece destaque é a ameaça de suplantação do modelo presencial pelo modelo de educação à distância, sob uma lógica mercantil (GEMELLI; CERDEIRA, 2020). O impacto negativo sobre os recursos econômicos, na pós-pandemia, pode ser utilizado como argumento para a expansão desse modelo de ensino.

Quanto ao trabalho docente, o cenário já era preocupante anteriormente à pandemia de Covid-19. Em sua pesquisa, Cerdeira e Cabrito (2020) evidenciaram que os docentes portugueses do ensino superior público, universitário e politécnico, vivenciam uma intensificação no trabalho superior àquela dos colegas da maioria dos países membros da União Europeia. Conforme os autores, nas últimas décadas, assiste-se à progressiva precarização do trabalho docente no ensino superior, revelada pelo crescimento do número de profissionais em trabalho parcial, em detrimento de vínculos contratuais mais fortes e menos precários, como os de dedicação exclusiva e tempo integral. A situação vem sendo agravada também pelo envelhecimento dessa classe profissional.

Avaliando esse cenário, questiona-se: quais as possibilidades do atual quadro docente conseguir responder ao desafio da subdivisão das turmas em ensino presencial/autônomo? Considera-se que um corpo docente envelhecido e precarizado em seu regime de trabalho poderá ter sérias dificuldades para corresponder a esse imperativo.

As desigualdades observadas na educação superior são anteriores à crise provocada pela pandemia de Covid-19, especialmente a disparidade de acesso à sociedade digital (GOMES, 2020). O contexto da pandemia e a prevista crise que se desdobrará a partir dela poderão intensificar e ressaltar tais desigualdades. Ao mesmo tempo em que se vislumbra um cenário de dificuldades, o fato de as desigualdades estarem sendo abordadas em vários espaços de discussão poderá impulsionar a elaboração de importantes políticas públicas, como a democratização da inclusão digital.

Referências

BEBIANO, Adriana. Academia e ética do cuidado. In: ———. **Palavras para lá da pandemia: cem lados de uma crise**. Organização José Reis. Coimbra/PT: Centro de Estudos Sociais Universidade de Coimbra, 2020. p. 13-13.

CABRITO, Belmiro Gil. **Financiamento do ensino superior: condição social e despesas de educação dos estudantes universitários em Portugal**. Lisboa, PT: EDUCA, 2002.

CABRITO, Belmiro Gil. O financiamento do ensino superior em Portugal: entre o Estado e o mercado. **Educação & Sociedade**, v. 25, n. 88, p. 977-996, 2004. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302004000300016>.

CABRITO, Belmiro Gil; CERDEIRA, Luísa; PATROCÍNIO, Tomás. Os estudantes de ensino superior, em Portugal: uma análise no período 1994-2011. Quem são? Quanto gastam? Como gastam? Que enquadramento no contexto europeu? **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 28, n. 3, p. 585-605, 2012. <https://doi.org/10.21573/vol28n32012.39820>.

CABRITO, Belmiro Gil; CERDEIRA, Luísa; NASCIMENTO, Ana. Avanços e recuos da democratização do ensino superior português nas últimas décadas: em jeito de balanço. **Revista Práxis Educacional**, v. 16, n. 41, p. 72-98, 2020. <https://doi.org/10.22481/praxisedu.v16i41.7245>.

CASTELA, Tiago. Emprego académico. In: ———. **Palavras para lá da pandemia: cem lados de uma crise**. Organização José Reis. Coimbra/PT: Centro de Estudos Sociais Universidade de Coimbra, 2020. p. 57-57.

CERDEIRA, Luísa. **O Financiamento do Ensino Superior Português: a partilha de custos**. Coimbra/PT: Almedina, 2009.

CERDEIRA, Luísa; CABRITO, Belmiro Gil. **Custos dos Estudantes do Ensino Superior Português**.

Relatório CESTES 1. Para a compreensão da condição social e económica dos estudantes do ensino superior. Orgs. CERDEIRA, Luísa; CABRITO Belmiro Gil; PATROCINIO, Tomás; MACHADO-TAYLOR, Lourdes.; BRITES, Rui. Lisboa/PT: Educa, 2014.

CERDEIRA, Luísa; CABRITO, Belmiro Gil; MACHADO-TAYLOR, Maria de Lourdes; GOMES, Rui. A fuga de cérebros em Portugal: hipóteses explicativas. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 31, n. 2, p. 409 – 418, 2015. <https://doi.org/10.21573/vol31n22015.61736>.

CERDEIRA, Luísa; CABRITO, Belmiro Gil; PATROCÍNIO, Tomás; MACHADO-TAYLOR, Maria de Lourdes; BRITES, Rui; CURADO, Ana Paula; MANSO, Marta; DOUTOR, Catarina. **Custos dos estudantes do ensino superior português - Relatório CESTES 2: Para a compreensão da condição social e económica dos estudantes do ensino superior**. Lisboa/PT: Educa, 2018.

CERDEIRA, Luísa; CABRITO, Belmiro Gil. O ensino superior em Portugal: evolução e potencialidades. **Revista Humanidades e Inovação**, v. 5, n. 8, p. 7-19, 2018.

CERDEIRA, Luísa; CABRITO, Belmiro Gil. Democratização e acessibilidade no ensino superior em Portugal: mudanças recentes. **Acta Scientiarum**, v. 40, n. 1, e40632, 2018. <https://doi.org/10.4025/actascieduc.v40i1.40632>.

CERDEIRA, Luísa; CABRITO, Belmiro Gil. Os professores do ensino superior público em Portugal: Uma carreira em perigo? **Revista Educação, Cultura e Sociedade**, v. 10, n. 1, p. 6-22, 2020.

GEMELLI, Catia Eli; CERDEIRA, Luísa. COVID-19: Impactos e desafios para a educação superior brasileira e portuguesa. In: GUIMARÃES, L. V. M.; CARRETEIRO, T. C.; NASCIUTTI, J. R. **Janelas da Pandemia**. Belo Horizonte: Editora Instituto DH, 2020. p.115-124.

GEMELLI, Catia Eli; CLOSS, Lisiane Quadrado; FRAGA, Aline Mendonça. Multiformidade e pejetização: (Re)configurações do trabalho docente no ensino superior privado sob o capitalismo flexível. **Revista Eletrônica de Administração**, v. 26, n. 2, p. 409-438, 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/1413-2311.289.101464>

GRAÇA, Vasco. Sobre o financiamento da Educação: condicionantes globais e realidades nacionais. **Rev. Lusófona de Educação**, n. 13, p. 49-80, 2009.

GOMES, Rui. Educação e desigualdades. In: ———. **Conhecimento, Ciência e Mercado**. Organização José Reis. Coimbra/PT: Centro de Estudos Sociais Universidade de Coimbra, 2020. p. 56-56.

NASCIMENTO, Ana; CABRITO, Belmiro Gil. A autonomia do Ensino Superior Português entre a lei e a prática – estudo de caso múltiplo. **Revista Educação em Questão**, v. 55, n. 45, p. 42-73, 2017. <http://dx.doi.org/10.21680/1981-1802.2017v55n45ID12745>.

SOUSA, Sofia Branco. Academia e ética do cuidado. In: ———. **Conhecimento, Ciência e Mercado**. Organização José Reis. Coimbra/PT: Centro de Estudos Sociais Universidade de Coimbra, 2020. p. 33-33.